

Para enfrentar os trotes e violências nas universidades: o que falta?

Começamos pela falta! E, logo, um alerta: não temos a ilusão de que preencheremos um lugar do vazio com o que pretendemos aqui discutir, e que tudo assumirá uma ordem inquebrantável e duradoura após a descoberta deste recheio. Aspiramos, apenas, indicar possibilidades que ainda, talvez, não tenham sido experimentadas. Só um desejo, mas com uma convicção aguda de que não há objeto pleno, mas que a falta favorece a condição de possibilidade do desejo.

Para Lacan, a falta é central para o trabalho na psicanálise¹, na sua tarefa de desvelar objetos de desejos. E, com isso, nos permitimos empreender uma ousadia e um trabalho conceitual necessários à associação da falta com um conceito de objeto inédito. Muita pretensão, pois objeto inédito não existe, apenas se anuncia como uma esperança.

Ultimamente, o tema dos trotes e violências no meio acadêmico voltou com força a partir da quebra do silêncio de alguns estudantes da Medicina da USP, que trouxeram, a público, as mazelas da Faculdade. A sociedade gritou e até realizou uma CPI na Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP), para investigar as denúncias de violações de direitos humanos ocorridas em instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo, em trotes, festas e no cotidiano acadêmico.

Os conselhos de classe bradaram sobre a quebra dos códigos de ética das profissões imputadas por estas violações; diretores de faculdades pouco se moveram para evitar que tais atos não acontecessem mais em seus territórios (ou que, pelo menos, não vazassem); a academia anunciou algumas iniciativas de formação de grupos de pesquisa; e a mídia impressa e digital foi inundada com reportagens e depoimentos de surpresas, protestos e descrenças de que aquilo acontecia mesmo, sobretudo em carreiras que têm a missão de cuidar de pessoas.

Apesar de todo este movimento, levantamos a hipótese de que estas violações vão diminuir de intensidade em um primeiro momento, mas que recrudescerão ao longo do tempo, na medida em que vão se apagando as manchetes e reacendendo a força das tradições.

Para Paulo Freire, somente a adoção de ações práticas é ativismo; valer-se apenas de teoria para interferir em problemas que precisam ser enfrentados, seria verbalismo. E, lembrando Freire, talvez não tenha sido produzida, ainda, uma práxis, o potente dispositivo que combine prática e teoria com eficácia criativa para modificar a realidade.

Há que se buscar a raiz do problema e feri-la. Temos de nos desafiar a refletir sobre quais categorias de análise temos posto em pauta, e se elas radicalizam suficientemente a questão dos trotes e das violências no ambiente universitário.

Tomemos, como um ponto de partida, o debate publicado por este periódico em agosto de 1999, com uma série de artigos tratando do trote universitário^(a). Um fascículo cheio de significado, pois, seis meses antes desta publicação, havia morrido Edison Tsung Chi Hsueh, aluno de medicina de 22 anos, no trote da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP).

São dez textos de: três médicos-professores universitários, dois estudantes de medicina, uma pedagoga, uma psicóloga, uma antropóloga, e dois filósofos que debatem o texto de referência de uma professora e de um acadêmico da FMUSP². Este tomou como analisador a morte do estudante citado, qualificando-a como “um lamentável acidente”. No nosso entender esta é uma conclusão apressada e que não contribui em nada para radicalizar a análise do ocorrido, muito pelo contrário, nos afasta do objeto em si, lançando o nosso olhar para o acaso.

^(a) Ver: Interface (Botucatu). 1999; 3(5):111-62.

O imperativo da abordagem interdisciplinar ao tema aparece como a primeira mensagem desta coletânea. Do debate transparece, sobretudo entre os autores “médicos”³⁻⁵, o antagonismo da percepção do que é o trote, guindados pelo “necessário” respeito às tradições e as hierarquias, há aqueles que “não odeiam” o trote, em contraposição aos que o “abominam”, e há, inclusive, os “bixos espertos”. Erradicar versus controlar, inclusive pelo uso de um termo adaptado de consentimento livre e esclarecido, é outra marca deste antagonismo. Alguns autores atribuem o descontrole e a violência a determinantes sociais, políticos e culturais externos^{6,7}. Poucos debatedores voltaram seu olhar para dentro da instituição de ensino: (1) quando há menção a “vetores sugestivos” nos mecanismos dos trotes e das violências como indicativos da formação de “confrarias iniciáticas”, com seus próprios “códigos tribais”⁸; ou quando se analisa (2) a precariedade da formação acadêmica no sentido de lidar com o sofrimento humano, e como resultado da “dor de lidar com a dor alheia” quando nos “nos desumanizamos para suportar o extremo do humano”⁹.

A partir do que fora constatado na CPI sobre violações aos direitos humanos nas universidades paulistas^(b), comprovou-se uma face oculta¹⁰ das universidades, cujas raízes demonstram-se profundas nos cursos de Medicina. Com recolhimento de denúncias das principais escolas médicas de São Paulo, notou-se a recorrência de um paradigma: uma cultura onde a violência e a tortura ganham espaço como forma de demonstração de “afeto” e “amor institucional” em competições esportivas, e como instrumento de formação de fraternidades para promover vantagens profissionais.

Esta realidade, segundo as denúncias na CPI, dialoga com outra ainda mais perturbadora, que é o machismo perverso destas instituições, cujos números não apenas denunciam a menor representatividade feminina entre as lideranças da universidade e uma desigualdade de gênero profissional, mas um número assustador de casos de violência sexual no cotidiano acadêmico. Além disso, mediante a banalidade com que a violência se dá na cultura estudantil, todas as vítimas insistiam no mesmo aspecto em seus depoimentos: de que eram culpabilizadas por sua própria violência. A repressão e o medo, portanto, eram impostos à vítima, não aos agressores^(c).

Mesmo após a CPI, episódios continuaram a preencher a mídia, com casos de apologia ao estupro, ao racismo e ao trote em festas universitárias. Isso denunciava a resistência cultural mesmo diante da pressão política da ALESP, e jurídica, do Ministério Público, cuja defesa dos perpetradores, nas redes sociais, era de que tais comportamentos seriam inócuos e só assustavam porque foram colocados “fora de contexto”, como se determinadas situações relativizassem, para eles, o significado das ações.

O fator comum mais evidente entre todos os casos de violência é terem permanecido em segredo por todos esses anos. Nesse sentido, entende-se por que a principal defesa sempre foi de que cada episódio seria um “caso isolado”, e de que as denúncias, quando críticas, seriam “generalizantes”: para que a parte não denuncie o todo e, com isso, preserve-se a imagem pública das universidades e dos profissionais formados nessas instituições.

Os depoimentos na CPI, em contrapartida, unanimemente chamavam suas iniciativas de “rompimento do ciclo de silêncio”, ressaltando, sempre, o risco e as ameaças que os depoentes sofriam institucionalmente por estarem expondo a realidade mais interna da universidade. Essa exposição, sempre seguida de volumoso conjunto probatório, mostrou que os casos não tinham nada de isolados e que as reações às denúncias nas universidades eram, inclusive, padronizadas. Após a exposição, os depoentes eram rigorosamente ostracizados,

^(b) Ver: Relatório Final da CPI de violações de direitos humanos das universidades paulistas, disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com3092.pdf> [acesso 2015 Maio 19].

^(c) Ver: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/08/19/aluna-da-usp-fui-convencida-de-que-nao-devia-denunciar-o-estupro-que-sofri.htm> e <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/02/vitima-de-estupro-na-usp-diz-sofrer-preconceito-apos-denunciar-caso.html> [acesso 2015 Maio 19].

ameaçados profissionalmente, questionados e culpabilizados por seu próprio sofrimento. A palavra *consentimento* ecoava como uma forma comum e brutal de silenciamento tanto nas vítimas de trote quanto de violência sexual.

Decerto que os verdadeiros atores dessa realidade não são a totalidade dos estudantes, mas, sim, a maioria de suas lideranças e um grupo importante de professores que produzem seu cerco de influência.

A relação entre violência e vantagens profissionais já fora muito estudada com relação ao trote¹¹, mas nunca com a especificidade no curso de medicina e com a cultura de estupro. A arqueologia das fraternidades, sua identificação e os mecanismos que tornam vantajosa a existência dessa cultura de violência ainda permanecem ocultos.

O estudo do currículo oculto nas escolas médicas tem despertado o interesse dos pesquisadores. Oriol¹² chamou a influência do currículo oculto como “processo de aculturação profissional”, e Castro¹³ destacou nove premissas desta influência. Há estudos que mostram o papel do currículo oculto na formação de médicos com baixa empatia¹⁴ e tolerantes aos comportamentos antiéticos¹⁵. Aqui talvez se possa apontar que o currículo oculto coloca o médico fora dos ideais da medicina e o coloca como um sujeito atravessado pelos aspectos da subjetividade social.

O que, entretanto, ainda é uma grande interrogação para combater as opressões no ambiente universitário, seria saber como reduzir os mecanismos de silenciamento. Quais os instrumentos de ameaça dentro das universidades? Qual o caminho padrão de opressão que uma vítima segue após expor seu caso e buscar justiça? Qual o papel do desamparo institucional na formação dos grupos corporativos?

Finalmente, conhecer o currículo oculto das escolas médicas com profundidade, e a relação desse currículo com o perfil de nossos profissionais, é importante para se produzirem propostas políticas de transformação universitária. Qual a relação entre as corporações profissionais e as fraternidades universitárias? Qual o papel do currículo oculto das universidades para a produção das corporações? Qual a relação entre violência nas universidades, seu isolamento perante a sociedade e seu evidente elitismo?

O tempo em que este assunto é considerado de segunda categoria e em que estas constatações são tratadas como mera “generalização” deve acabar. A opinião de quem problematiza deve ser finalmente valorizada. A universidade é local que, por excelência, deveria preservar sua pluralidade e a possibilidade de questionamentos e de denúncias sobre sua própria realidade. Verifica-se, entretanto, que as universidades, atualmente, possuem sim, em sua hegemonia, a qualidade corporativa de combater os questionamentos e valorizar o comportamento padronizado. Isso é uma classificação, não uma generalização. A partir dessa identificação, como a fisiologia oculta e estruturante funciona torna-se o passo necessário e urgente de elucidação para que a universidade deixe de ser um “deveria” e passe, realmente, a ser local de transformação, liberdade, ética e compromisso social.

Nosso “objeto inédito”, que queremos anunciar como esperança de que possamos “ferir a raiz”, seria o de colocar, na agenda de pesquisa desta temática, um olhar hermenêutico para dentro das instituições de ensino; que provoque “tensões, estranhamentos e resistências”¹⁶; a partir do estímulo à produção de narrativas¹⁷ de docentes e discentes que desafiem o reino do medo imposto por “confrarias” de poder disfarçadas sobre o manto da tradição; que quebrem o ciclo do silêncio revelando interfaces entre trotes/violências com o corporativismo profissional e suas lógicas de hierarquias e produção de redes de

poder; alimentadas que são ao longo do curso e no mercado de trabalho por um currículo oculto como um “código tribal”.

Começamos e terminamos com a falta. O que ainda falta? Algo na falta insiste em faltar, na medida em que este algo que falta é que sustenta o próprio processo de continuar perguntando “o que ainda falta?”. A história se repete porque supomos poder construir o contorno para a falta, preenchê-la a partir de uma ideia ou objeto que se encaixe e obture este furo estrutural. Mas,...continua faltando. No caso da violência, o que falta é a sublimação, que seria uma forma de satisfação por intermédio de meios mais “nobres ou civilizados”, orientados pela lei paterna que impõe a linguagem como mediação principal do que se precipita do real.

O que há na falta? Um objeto que não existe é o que há na falta. O paradoxo indica que, o que a falta alimenta é a perspectiva da satisfação plena e, por consequência, seu próprio fim.

Marco Akerman

Departamento de Prática em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública,
Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, Brasil.

Felipe Scalisa

Discente, curso de Medicina, Faculdade de Medicina, USP. São Paulo, SP, Brasil.

Jacques Akerman

Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Belo Horizonte,
MG, Brasil.

Referências

1. Darriba V. A falta conceituada por Lacan: da coisa ao objeto a. *Ágora*. 2005; 8(1):63-76.
2. Warth MPTN, Lisboa, LF. Tradição, trote e violência. *Interface (Botucatu)*. 1999; 3(5):111-8.
3. Segre M. Trote violento contra calouros universitários. *Interface (Botucatu)*. 1999; 3(5):121-2.
4. Caldas Junior AL. A privatização da violência. *Interface (Botucatu)*. 1999; 3(5):123-6.
5. Giarola LC. Trote na universidade. *Interface (Botucatu)*. 1999; 3(5):127-8.
6. Martins STF. Sobre trote e violência. *Interface (Botucatu)*. 1999; 3(5):129-30.
7. Rangel LH. Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação. *Interface (Botucatu)*. 1999; 3(5):147-52.
8. Carvalho JCP. Anotações sobre aspectos temáticos e contextuais da violência: vetores sugestivos. *Interface (Botucatu)*. 1999; 3(5):137-46.
9. Ribeiro RJ. O trote como sintoma: a dor de lidar com a dor alheia. *Interface (Botucatu)*. 1999; 3(5):153-60.
10. Scalisa F. A face oculta da medicina. *Folha de São Paulo*. 13 Nov 2014. Sessão Opinião.
11. Almeida A, Queda O. Universidade, preconceito e trote. São Paulo: Hucitec; 2006.
12. Oriol A. Bolonia y la aculturación profesional. *Educ Med*. 2011; 14:71-2.
13. Castro FA. Processo de Bolonia (V): el currículo oculto. *Educ Med*. 2012; 15(1):13-22.
14. Neumann N, Edelhäuser F, Tauschel D, Fischer MR, Wirtz M, Woopen C, et al. Empathy decline and its reasons: a systematic review of studies with medical students and residents. *Acad Med*. 2011; 86(8):996-1009.
15. Vidal EIO, Silva VS, Santos MF, Jacinto AF, Villas Boas PJF, Fikushima FB. Why medical schools are tolerant of unethical behavior. *Ann Fam Med*. 2015; 13(2):176-80.
16. Ayres JRCM. Uma concepção hermenêutica de Saúde. *Physis*. 2007; 17(1):43-62.
17. Akerman M, Conchão S, Boaretto R, organizadores. *Bulindo com a Universidade: um estudo sobre o trote na Medicina*. Porto Alegre: Rede Unida; 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/SUZANA/Downloads/Bulindo%20com%20a%20Universidade%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/SUZANA/Downloads/Bulindo%20com%20a%20Universidade%20(6).pdf)

